



ARMADILHAS DA POBREZA EM CONTEXTO RURAL EM MOÇAMBIQUE

Yasser Arafat Dadá e João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO

O número de pobres em Moçambique evoluiu da seguinte forma: de 2002/03 a 2008/09, aumentou em 1.600.000 indivíduos (nesse período o número de pobres aumentou em 17%), não obstante ter-se verificado uma taxa média de crescimento da economia em cerca de 7%. Entre 2008 e 2015, o aumento do número de pobres foi de cerca de 700 mil pessoas. O aumento do número de pobres nas zonas rurais foi superior ao verificado no meio urbano (Ministério da Economia e Finanças, 2016)². Quando se verifica persistência da pobreza, está-se perante a existência de mecanismos que dificultam a saída da pobreza, o que se denomina, na literatura, como armadilhas da pobreza (Azariadis e Stachurski 2005³; Carter e Barrett 2006⁴).

A análise centra-se no meio rural e são consideradas somente as variáveis constantes nos Inquéritos aos Agregados Familiares. Os dados relacionados com a pobreza do último Inquérito ao Orçamento das Famílias (IOF) relativo aos anos 2019/2020 ainda não estão disponibilizados.

O objectivo deste Destaque Rural é o de determinar os factores que, continuamente e ciclicamente, não têm permitido que os agregados familiares (AF), que residem no meio rural, saiam da situação de pobreza, isto é, estudar as armadilhas da pobreza. São estudadas as interacções da pobreza e as características dos AF em contexto rural: tamanho, género do chefe e estrutura do AF, fontes de rendimento da e fora da agricultura e acesso a serviços básicos (saúde e educação), que foram considerados, segundo um trabalho mais amplo, os principais determinantes da pobreza. Este texto é parte de uma pesquisa em curso para a obtenção do grau de doutoramento de Yasser Arafat Dadá, em fase de conclusão, orientada por João Mosca.

¹ Yasser Arafat Dadá, economista e Mestre pela Universidade de Lisboa. Doutorando em Estudos de Desenvolvimento. João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Ambos pesquisadores do OMR.

² Ministério da Economia e Finanças (2016). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional*. Direcção Nacional de Estudos Económicos. Direcção Nacional de Estudos Económicos. Governo de Moçambique.

³ Azariadis, C., e Stachurski, J.. 2005. «Poverty Traps». Em *Handbook of Economic Growth*, 1:295–384. Elsevier.

⁴ Carter, M.I.R., e Barrett, C. B.. 2006. «The Economics of Poverty Traps and Persistent Poverty: An Asset-Based Approach». *Journal of Development Studies* 42 (2): 178–99.

Depois da introdução, este texto apresenta, na segunda secção, dados gerais da população e as suas relações com alguns indicadores económicos e sociais; a terceira secção é dedicada à metodologia da pesquisa; a quarta secção concentra-se nas questões micro demográficas no âmbito dos agregados familiares (AF) nas suas relações com os diferentes factores que influenciam/determinam a pobreza, analisada na perspectiva das despesas de consumo alimentar e derivada das características dos agregados familiares em contexto rural. Na quinta secção, faz-se um resumo das constatações e apresentam-se sugestões de políticas relacionadas com os resultados do estudo das armadilhas da pobreza em contexto rural.

2. DEMOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO

A demografia possui implicações económicas, sociais e culturais de longo prazo, relacionadas com o crescimento económico, a pobreza e as desigualdades, com a segurança alimentar, a pressão no uso dos recursos naturais e das infra-estruturas de serviços, na segurança dos cidadãos e nas economias familiares.

As principais características demográficas de Moçambique nos últimos anos são as seguintes:

- Em 1975 a população era de cerca de 10,2 milhões e, em 2020, passou para aproximadamente 31,3 milhões. À excepção dos anos da guerra civil, a população cresceu por ano, em média, cerca de 3%. A população rural, em 1975, era de cerca de 89% da população total e, em 2020, passou a ser 62%, correspondendo, em 1975, a 9 milhões de habitantes e, em 2020, de aproximadamente 19,4 milhões⁵ (BM, 2023). A população urbana, em 1975, era de cerca de 11% da população total e, em 2020, passou a ser 38%, correspondendo, em 1975, a 1,2 milhões de habitantes e, em 2020, de aproximadamente 11,9 milhões⁶ (BM, 2023).
- A ONU fornece quatro possíveis cenários nas projecções da população moçambicana para 2050: (1) 70 milhões de habitantes, se a fecundidade da população se mantiver constante; (2) 38,2 milhões (variante baixa); (3) 44 milhões (variante média); e, (4) 50,5 milhões de pessoas (variante alta)⁷.
- Um AF, em Moçambique, é composto, em média, por cerca de cinco membros. O rácio de dependência (proporção da população com menos de 15 anos e mais de 64 anos, sobre o total da população), entre 1975 e 2020, foi acima de 80%; os AFs chefiados por mulheres são compostos, maioritariamente, por 3 ou 4 membros (33,7%), enquanto os chefiados por homens são, em média, compostos

⁵ Os dados apresentados podem ser consultados em <https://data.worldbank.org/country/MZ>.

⁶ *Ibidem*

⁷ Francisco, A. (2010). *Crescimento demográfico em Moçambique: Passado, presente... que futuro*" IESE, IDEIAS, n. 28.

por 5 ou 6 membros (31,9%) (Ministério da Economia e Finanças, 2016; BM, 2023)⁸.

- Em 1975, a esperança de vida em Moçambique situava-se em 43,5 anos (44,5 para a população do sexo feminino e 42,5 anos para a do sexo masculino). Em 2020, passou para 62,1 anos (65 anos no sexo feminino e 59,1 anos no sexo masculino) (BM, 2023).
- A variação do número de unidades sanitárias, entre 2008 e 2020, foi de aumento em 32% e a variação da população foi de aumento de cerca de 40%, isto é, a expansão do sistema de saúde tem sido mais lenta que o crescimento populacional. A proporção de habitantes por unidade sanitária (US) era, em 2008, de 16.982 habitantes/US e, em 2020, passou para 17.975 habitantes/US.
- O Banco Mundial avaliou a disponibilidade de água potável, electricidade e sanitários nas US, tendo concluído que apenas 34% das US tinham as três disponibilidades em simultâneo, com importantes diferenças entre o meio urbano e rural: aproximadamente 54,3% das US nas áreas urbanas atendem aos requisitos mínimos de infra-estrutura, em comparação com 32,1% das US rurais⁹.

De entre as vastas relações entre demografia e pobreza, apresentam-se, a seguir, exemplos de algumas relações entre a evolução da população, a economia e a sociedade.

- O crescimento rápido da população pode anular ou reduzir, ou mesmo introduzir evoluções negativas na criação de riqueza (crescimento inferior ao demográfico), resultando em rendimentos médios por habitante decrescentes¹⁰, geração de mais pobreza¹¹ e desigualdades, desemprego e redução do custo do trabalho e do rendimento médio das famílias e, por outro lado, a possibilidade de aumento dos lucros empresariais a curto prazo;
- O aumento populacional acelerado pode provocar sobrecarga e esgotamento de recursos naturais¹² e, conseqüentemente, provocar o agravamento da vulnerabilidade ambiental, perda de fertilidade dos solos e redução da produtividade e do rendimento da agricultura, gerando fenómenos migratórios

⁸ World Bank (2023). Mozambique: Data Base. World Bank.

<https://data.worldbank.org/country/mozambique>.

⁹ Veja mais informação sobre a avaliação dos serviços de saúde do Banco Mundial (2014) em <https://www.worldbank.org/en/programs/service-delivery-indicators>.

¹⁰ Segundo o Banco Mundial, o rendimento por habitante de Moçambique em 2010, 2015 e 2020 foi, respectivamente, de 471,9, 589,8 e 448,8 dólares.

¹¹ Veja Ministério da Economia e Finanças (2016). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional*. Direcção Nacional de Estudos Económicos. Direcção Nacional de Estudos Económicos. Governo de Moçambique.

¹² Entre 2007 e 2017, a taxa anual de desmatamento no país aumentou de 0,58% da área florestal do país (correspondente a 219.000 hectares) para 0,79% (267.000 hectares). Siteo, A., Ribeiro, N., Falcão, M., Mate, R., Nhamirre, J., Walker, S., Melo, J. (2016). *Identificação e análise dos agentes e causas directas e indirectas do desmatamento e degradação florestal em Moçambique*. Maputo, em Mélica Chandamela (2021). *Cobertura florestal de Moçambique*. Observador Rural N° 117. OMR. Estes estudos indicam que “a evolução da cobertura florestal e da população são inversas, sendo que a população cresce continuamente enquanto a área florestal declina” ... “reflorestamento representa apenas 9% do desmatamento observado entre 2009 e 2018”.

para os centros urbanos e meios rurais de maior actividade económica¹³, e processos de desertificação humana, em certos lugares e de aumentos rápidos da densidade populacional noutros lugares¹⁴ e mudanças nos sistemas de produção com efeitos sobre a segurança alimentar¹⁵;

- O crescimento rápido da população exige investimentos acrescidos na quantidade e qualidade dos serviços básicos aos cidadãos (educação, saúde, energia, água potável, comunicações, entre outros), exigindo a alocação de uma parte significativa dos recursos públicos e de investimentos privados. Por exemplo, os dados do Banco Mundial revelam que, entre 2000 e 2020, a proporção dos gastos públicos com o sector da educação variaram entre cerca de 12,05 e 22,70% dos gastos totais do Estado, o que dificulta o objectivo de aumentar a quantidade e qualidade dos serviços.
- A enxada é o instrumento de trabalho mais utilizado, revelando que a agricultura familiar é mais intensa em trabalho¹⁶. Entre 1992 e 2020, não houve incrementos da produtividade da terra em culturas alimentares (por exemplo, no arroz, mapira e mexoeira) e o ritmo de aumento das áreas cultivadas foi inferior ao ritmo de crescimento da população (FAO)¹⁷. Por isso, a produção de alimentos por habitante no país tem decrescido, designadamente nos casos da mandioca, arroz, amendoim e milho (variação positiva ligeira)¹⁸, o que implica que, para as famílias que possuem a produção agrícola como principal fonte de rendimento e da sua cesta alimentar (cerca de 70% da população total), o autoconsumo diminuiu sem criação correspondente de emprego, gerando mais pobreza na óptica do consumo, sobretudo para os grupos sociais mais pobres.

¹³ O "crescimento económico elevado acontece em zonas onde existem projectos geradores de emprego e expectativas de desenvolvimento de actividades económicas (corredores da Beira e de Nacala), exploração mineira (Cabo Delgado e cidade de Tete), projectos agrícolas (tabaco, no Norte de Tete e Niassa e na zona de fronteira com Malawi, algodão em Nampula, Cabo Delgado e Niassa); Por outro lado, o crescimento baixo (menos de 3% ou negativo), verifica-se com alguma coincidência, em zonas mais vulneráveis aos choques climáticos (maioria do território das províncias de Inhambane e Gaza e zona costeira entre o rio Zambeze e a fronteira com Nampula)", Dadá, Yasser Arafat e Mosca, João (2022): *Demografia e implicações para a economia e o meio rural*. Destaque Rural Nº 190. OMR.

¹⁴ "A densidade populacional (mais do que a população total, rural ou urbana) possui um índice de correlação forte sobre o desmatamento, o que pode significar que a concentração da população implica desmatamento", Dadá, Yasser Arafat e Mosca, João (2022). *Bomba demográfica e pobreza na base do desmatamento - o caso da Zambézia*. Destaque Rural Nº 156. OMR.

¹⁵ Abbas, M. (2022). *Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar*. Observador Rural Nº 153. OMR.

¹⁶ Em muitas províncias a enxada é o principal instrumento de trabalho: Cabo Delgado (99%), Niassa (99,2%), Nampula (99,6%), Zambézia (99,8%) e Sofala (96,8), para uma informação mais detalhada, veja Mosca e Abbas (2021). IAI 2020: *Serviços aos produtores*. Destaque Rural, nº128, Observatório do Meio Rural.

¹⁷ Consultar <https://www.fao.org/faostat/en/#country/144>.

¹⁸ Nova, Yara e Mosca, João (2022). *Ciclos políticos coincidentes com o comportamento das agriculturas em Moçambique*. Destaque Rural Nº 156. OMR.

3. METODOLOGIA

Neste texto somente se estudam as armadilhas da pobreza ao nível dos AFs em contexto rural. Utilizaram-se modelos de regressão múltipla (MRM) que, pela limitação de espaço desta série de publicações, não é aqui detalhadamente descrita. Os resultados do MRM apresentados são os dos diferentes testes, níveis de significância e graus de tolerância relacionados com a técnica RLM¹⁹.

A pesquisa baseou-se em dados secundários recolhidos de organizações nacionais e internacionais (PNUD, OMS, UNICEF, BM, FMI, INE, BdeM, entre outros) e em revistas e livros em que o tópico central está relacionado, directa ou indirectamente, com as armadilhas da pobreza. A principal fonte de informação quantitativa é a base de dados do IF (Inquérito às Famílias), realizado entre 7 de Agosto de 2014 e 15 de Agosto de 2015. O IF 2014/15 é uma pesquisa contínua e integrada, resultante da amostragem e recolha de dados de 11.515 AFs seleccionados, distribuídos proporcionalmente pelas províncias do país (Ministério da Economia e Finanças, 2016). A base de dados está organizada em *cross-section*²⁰.

4. RESULTADOS

Os principais resultados obtidos nesta pesquisa foram os seguintes:

- O número de membros do AF revela uma relação positiva com os gastos em alimentação. Contudo, as estatísticas descritivas mostram que o consumo médio por membro do AF tende a ser menor quanto maior é o número de membros do AF. Esta relação é mais negativa no meio rural, provavelmente devido às maiores oportunidades de obtenção de rendimento no meio urbano. O rácio de dependência apresenta um coeficiente de regressão mais negativo sobre os gastos em alimentação para os AF com Chefe de Família (CF) do sexo feminino residentes nas zonas rurais;
- A idade do CF apresenta uma influência negativa sobre os gastos de consumo alimentar, o que pode ter as seguintes justificações: (1) quanto maior for a idade do CF, menor é o consumo; (2) o contributo para a obtenção de rendimento das

¹⁹ Os resultados dos testes associados à robustez e validade do modelo são os seguintes: (1) O teste t e F indica que todas as variáveis são significantes (individual e colectivamente) com um nível de confiança entre 90 e 99%. Os testes VIF e TOL revelam que a colinearidade entre as variáveis independentes é inferior aos limites de tolerância. A estatística *d*, de Durbin-Watson, indica que os resíduos não estão linearmente correlacionados.

²⁰ As bases de dados em *cross sections*, embora não permitam fazer inferências sobre a evolução baseadas nos dados observados ao longo do tempo, tal como as séries temporais, elas permitem fazer uma avaliação *ex-ante*, fornecendo uma imagem do estado de um conjunto de variáveis num determinado momento no tempo, Chaudhuri, Shubham, Jyotsna Jalan, e Asep Suryahadi (2002). "Assessing Household Vulnerability to Poverty from Cross-Sectional Data: A Methodology and Estimates from Indonesia". Columbia University, Discussion Paper Series, nº 102–52: 36.

- famílias tende a diminuir com a idade, seja rendimento da produção agrária, seja de rendimentos fora da agricultura;
- A variável número de pessoas dependentes a frequentar a escola revela uma relação inversa à das despesas em alimentação. Isto é, quanto maior for o número de membros do AF que frequentam a escola, menores tendem a ser as despesas com alimentação, afectando, sobretudo, os AF pobres, provocando maior défice e insegurança alimentar. Porém, os resultados permitem constatar, em parte, que o baixo nível de escolarização da população rural²¹ tem poucos efeitos sobre o rendimento familiar e, por outro lado, a educação de níveis secundário e superior possuem uma relação inversa, isto é, mais formação média e superior pode resultar em menos pobreza. Regra geral, o número de anos de escolaridade do CF mostrou-se significativamente menor nos AF localizados na zona rural com CF do sexo masculino. Nas zonas urbanas, o número de anos de escolaridade do CF do sexo feminino apresenta uma relação positiva com os gastos com alimentação (menos pobreza);
 - Os AF que possuem algum rendimento de trabalho por conta de outrem ou de actividades extra-agrícolas apresentam uma relação positiva com as despesas em alimentação: os resultados indicam que, quanto maior é a dependência do AF da agricultura, menores são as despesas de consumo alimentar do AF.

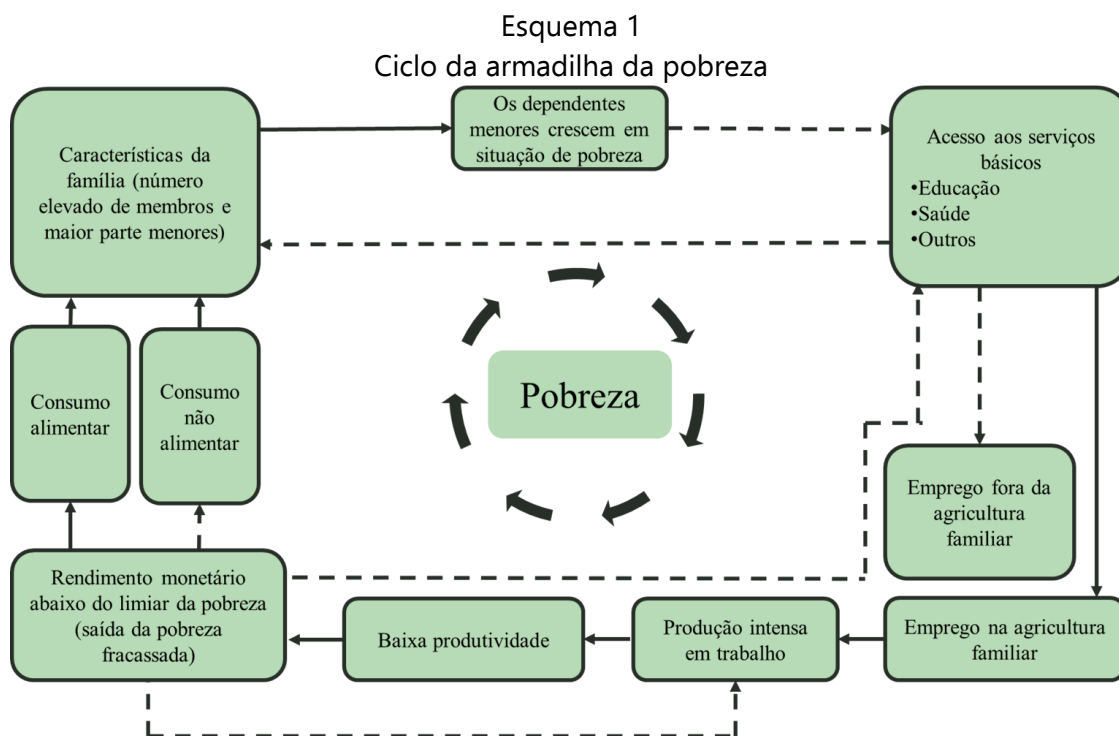
5. RESUMO E SUGESTÕES

Conforme os objectivos deste texto, pode-se verificar que a pobreza está relacionada, principalmente, com: (1) a ligação dos AF à agricultura; (2) outras formas de obtenção de rendimento fora da agricultura; (3) características do AF (tamanho da família, número de dependentes, idade e género do CF); e, (4) níveis de escolaridade e acesso aos serviços de saúde dos membros da família.

A relação desses indicadores e a pobreza representam um ciclo de reprodução da pobreza, isto é, os factores que determinam a pobreza são observados ao longo de gerações. O esquema abaixo sintetiza os mecanismos que impedem a saída da pobreza, especialmente: (1) rendimentos monetários abaixo do limiar da pobreza, que são usados prioritariamente na aquisição de alimentos. Os rendimentos baixos dificultam o acesso aos serviços básicos (saúde, educação, água, entre outros), a outros bens de consumo alimentar e não-alimentar, e impossibilitam o investimento em capital para o aumento da produção, da produtividade e do rendimento dentro e fora da agricultura; (2) As famílias têm muitos membros e com proporção alta de dependentes, o que implica um menor rendimento médio por membro da família; (3) Os dependentes menores de idade têm pouco acesso aos serviços básicos (saúde, educação, água, entre outros). (4) os membros da família em idade adulta trabalham, sobretudo, na agricultura familiar que é caracterizada por ser intensiva em trabalho devido ao reduzido acesso a capital

²¹ No meio rural, em média, o maior número de anos de escolaridade do AF é inferior a cinco anos (4.77) (Ministério da Economia e Finanças, 2016).

(investimento, crédito, entre outras) e, conseqüentemente, a bens de capital (equipamento, insumos, recursos humanos e gestão); baixa produtividade e com a produção direccionada maioritariamente para o autoconsumo e, parcialmente, à comercialização, para satisfazer as necessidades básicas. (5) A realidade rural é de pouco acesso à educação, poucas oportunidades de emprego fora do sector primário, e pouca procura de trabalho na indústria e noutros sectores económicos.



Nota: as linhas a tracejado indicam relações menos intensas e as linhas contínuas indicam relações mais intensas

Fonte: Elaboração do autor.

O ciclo da armadilha da pobreza pode ser rompido com políticas eficazes e estáveis a longo prazo, conjugadas e com implementação coordenada no território com resultados no curto, médio e longo prazos, considerando os tempos de implementação e de resposta a essas políticas. Destacam-se os objectivos propostos para essas políticas:

- A curto prazo e com possíveis respostas a partir de cinco anos, medidas e políticas de aumento da produtividade na agricultura para aumentar a segurança alimentar através do autoconsumo e da comercialização em contexto de mercados abertos e concorrenciais.
- Políticas implementáveis que incentivem a emergência da agro-indústria e de outras actividades económicas no território a curto e médio prazos (5 a 10 anos), no quadro de um desenvolvimento territorial tão endógeno quanto possível, de acumulação e investimento no território e com relações intersectoriais que criem valor acrescentado e emprego rural.
- A longo prazo, num horizonte temporal não inferior a 20 anos, mas com início de implementação a curto prazo, políticas educacionais com sistemas de ensino

- universais e gratuitos até ao nível superior, com larga cobertura espacial e de qualidade, cujos resultados massivos (iniciativas de auto-emprego, capacitação profissional), para corresponder ao aumento da procura de trabalho.
- Igualmente com efeitos a longo prazo (mais de 20 anos), políticas de redução da natalidade para evitar que os indicadores económicos e sociais, a pobreza e as desigualdades não se agravem por habitante.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org